

Boletim

N.º 05/6 SETEMBRO/OUTUBRO/87



ANMP EM DESEFA DO PROGRESSO CONSCIENTE

O 1.º Encontro de Municípios Ibéricos decorreu na vila de Mogadouro, no passado dia 12 de Setembro, tendo estado presentes representantes de quase todos os Municípios portugueses e espanhóis abrangidos pela bacia do Rio Douro.

O Projecto IPES (instalação em Aldeavila de la Ribera de um depósito subterrâneo de resíduos nucleares) foi o motivo desta reunião.

A fragilidade técnica deste projecto foi demonstrada após exposição realizada pelo Engenheiro Braga da Cruz, Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte.

O eurodeputado Carlos Pimenta, presente nesta reunião, traçou os pontos políticos do Projecto IPES.

Contabilizou também os esforços feitos junto das instituições europeias no sentido de impedir a concretização da instalação nuclear

subterrânea em Aldeavila.

Nas conclusões aprovadas nesta reunião salienta-se que todo o progresso concebido tem como objectivo ajudar e proteger o Homem e não prejudicá-lo.

Foi também aprovada uma recomendação a ser levada às instituições nacionais e europeias no sentido de que qualquer instalação deste tipo não possa ser efectuada se, no mínimo, apresentar riscos para os cidadãos de Estados vizinhos.

No seguimento da reunião havida em Mogadouro, a ANMP propôs ao Comité de Presidência do Conselho de Municípios e Regiões da Europa - de que a ANMP constitui a secção portuguesa - uma moção nesse sentido, que foi aprovada por unanimidade, quando da sua reunião em Lisboa no passado dia 21 de Setembro, e que a seguir se transcreve.

O Comité de Presidência do Conselho de Municípios e Regiões da Europa, reunido em Lisboa no dia 21 de Setembro de 1987.

Considerando que o progresso experimentado pelas sociedades humanas não fará nunca sentido se não tiver em vista a libertação do Homem e que os meios científicos e tecnológicos por ele concebidos para a melhoria da sua qualidade de vida não poderão nunca ser mais de que meros instrumentos para O libertarem das grilhetas da escravidão.

Considerando que o ar e a água não conhecem fronteiras e, como tal, devem ser considerados recursos da Humanidade - cuja gestão terá sempre de salvaguardar o respeito por todas as utilizações e todos os utilizadores - defendendo a sua qualidade como bens essenciais à vida.

Considerando que a utilização da energia nuclear, onde quer que seja, não deve nunca ser susceptível de causar danos irrecuperáveis do ponto de vista da saúde das populações ou afectar o desenvolvimento de Estados vizinhos, o que pode ocorrer, aliás, em diversos casos em toda a Europa.

Recomenda às instituições europeias que a instalação de empreendimentos de suporte ao desenvolvimento que envolvam tecnologia de risco significativo apenas seja possível após a realização de estudos exaustivos sobre o respectivo impacto na saúde e no bem-estar das populações e sobre as suas consequências sócio-económicas no próprio Estado e nos Estados vizinhos.

Este número do Boletim da ANMP é um número duplo, correspondendo aos meses de Setembro e Outubro. Optou-se por editar um número duplo, em vez do habitual Boletim mensal, devido ao esforço necessário de organização para assegurar as realizações que decorreram neste período: 1.º Encontro de Municípios Ibéricos (Mogadouro), Comité de Presidência do C.M.R.E. (Lisboa) e Inauguração da Sede Nacional.

SEDE NACIONAL FOI INAUGURADA



Aspecto da mesa que presidiu à Sessão Solene de inauguração da Sede Nacional. Da esquerda para a direita, vêem-se o Ministro Presidência, Fernando Nogueira, o Presidente da ANMP, Artur Torres Pereira, o Presidente da República, Mário Soares, a Vice-Presidente da Assembleia da República, Manuela Aguiar e o Ministro do Planeamento e Administração do Território, Valente de Oliveira.

Foto cedida por 'Diário de Coimbra'

A inauguração oficial da Sede Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses decorreu no passado dia 2 de Outubro

Presidindo à Cerimónia esteve Sua Excelência, o Presidente da República. Como convidados de honra para a Sessão Solene de inauguração estiveram presentes Sua Excelência, o Ministro da Presidência e da Justiça, Sua Excelência o Ministro do Plano e Administração do Território e Sua Excelência a Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação do Presidente da Assembleia da República.

Incentivar o diálogo entre o Poder Central e o Poder Local

O discurso de Sua Excelência o Presidente da República foi particularmente importante ao frisar que "estamos no limiar de uma nova fase de desenvolvimento e, por isso, sujeitos a desafios muito importantes, mas aos quais os portugueses saberão dar as respostas adequadas".

Falando de improviso no encerramento da Sessão Solene de inauguração das novas instalações, o Dr. Mário Soares salientou que "o desenvolvimento de Portugal está hoje, em grande parte, nas mãos dos autarcas".

O Presidente da República salientou a importância e responsabilidade do Poder Local: "Os autarcas sabem que muitas vezes, para resolver problemas locais, é preciso fazer calar interesses pessoais e partidários, em busca do interesse nacional".

O Dr. Mário Soares propôs ainda, como Presidente da República, "incentivar o debate e o diálogo entre o Poder Local e o Poder Central".

Aproveitando a presença dos membros dos órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Presidente da República fez um apelo, dirigido especialmente aos Presidentes das Câmaras Municipais das grandes cidades, para que fizessem um esforço nas campanhas de limpeza e preservação do património, tendo em

especial atenção a posição internacional que Portugal detém no contexto turístico.

Reforçar a base económica dos Municípios

Sua Excelência o Ministro do Plano e Administração do Território foi um dos oradores na Sessão Solene de inauguração oficial da Sede Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Do seu discurso sobressai a necessidade de reforçar a base económica dos Municípios, bem como a importância de conseguir uma ainda maior participação dos cidadãos no Poder Local.

"Satisfeitas as desigualdades mais gritantes, em cujo processo os Autarcas Locais tiveram a maior responsabilidade e o maior mérito, impõe-se, no novo andamento, começar a introduzir com progressivo vigor, instrumentos que correspondam à intenção de reforçar a base económica dos Municípios e do País".

Acrescentou o Ministro do Plano que "há uma condicionante de peso nesta mudança de orientação decorrente do facto de nenhuma política de desenvolvimento se compadecer com o curto prazo e com a obtenção de resultados imediatos. (...) O sucesso de uma operação de desenvolvimento é largamente tributária da informação que sobre ele se fôr dando e da qualidade de concertação que se conseguir, em torno de objectivos e instrumentos, entre os principais interventores".

O Professor Doutor Valente de Oliveira referiu-se ainda às tarefas acima enunciadas como "prioritárias de estímulo a que o grande agente local de desenvolvimento, que é o Presidente da Câmara Municipal, se tem de entregar, persuadindo este e aquele do benefício que todos tirarão de uma participação devidamente estruturada".

"O desenvolvimento local não se decreta, nem se define por postura municipal: inscreve-se no tempo, demora o seu tempo e os

A mesa que presidiu aos trabalhos do Seminário Internacional sobre Instituições Europeias, que decorreu em Lisboa nos dias 22 e 23 de Setembro passado. Primeira organização internacional da ANMP, teve como participantes 110 autarcas portugueses, 20 autarcas espanhóis e Personalidades europeias convidadas como oradores.

Foto Rui Ochoa



SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

A Associação Nacional de Municípios Portugueses organizou, em Lisboa, durante os dias 22 e 23 de Setembro do corrente ano, um Seminário Internacional sobre Instituições Europeias.

Neste Seminário participaram 120 autarcas portuguesas e 30 espanhóis.

Durante dia e meio em que decorreram os trabalhos foram analisados vários aspectos sobre as instituições europeias em si, havendo especial destaque para a problemática relacionada com o financiamento da actividade municipal nos países que constituem a actual Comunidade Económica Europeia.

O trabalho desenvolvido pelo Conselho de Municípios e Regiões da Europa foi analisada de forma extensiva, demonstrando assim o conjunto imenso de actividades de âmbito europeu que as Associações Nacionais de Municípios tem promovido, tendo como objectivo central o fortalecimento do ideal europeu.

Na abertura dos trabalhos deste Seminário, o Presidente da A.N.M.P., Artur Torres Pereira, salientou:

Esta crescente cooperação entre ANMP e CCRE mais não traduz, num determinado e particular sector, afinal de contas a excelente saúde em que se encontra a colaboração que, ao longo dos tempos, Portugal vem prestando para a construção europeia.

(...) Estando hoje Portugal formalmente inserido na CEE, sub-conjunto político do vasto Continente Europeu, os pressupostos em que assenta a sua participação no futuro colectivo dos doze países membros têm a ver com a manutenção e o aprofundamento da Europa concebida como um "mundo" regido pelas regras inerentes

aos regimes democráticos representativos, um espaço de liberdade e de respeito pelos direitos humanos, um sistema social coeso e unívoco, um polo de fraternal solidariedade e um cadinho onde fermentem a troca de experiências locais e uma sólida cooperação inter-regional e inter-nacional.

(...) Desafios externos, como os que se põem, por um lado, sob o prisma da Segurança e da Defesa do espaço europeu, e que exigem uma resposta da Comunidade Europeia consentânea como o insubstituível contributo que ela deve prestar na busca da Paz e da Segurança europeias e mundiais; por outro lado, face ao crescente peso dos E.U.A. e do Japão nos sistemas monetário e financeiro mundiais, bem como no domínio das novas tecnologias, que obrigam a que a Europa Comunitária responda, sectorial e globalmente, através de um aumento de competitividade que pressupõe um enorme esforço conjugado na abordagem conjunta da potencialidades de novas tecnologias e um acrescido reforço da atenção prestada à investigação científica, à educação e ao ensino.

Desafios internos, por seu lado, que constituem o "lado de lá" da barreira do Mercado único europeu de 1992, e que se põem não só ao nível de uma inadiável reestruturação da Política Agrícola Comum, de um decidido avanço no sentido da implementação de um Sistema Monetário europeu único, de uma indispensável harmonização dos sistemas fiscais dos Estados membros e na garantia de uma cada vez maior vigilância da qualidade do meio ambiente, como sobretudo na concretização das medidas políticas que, desde sempre recomendadas pelos Poderes locais e Regionais europeus, têm como objectivo a mediata e responsável coexistência

entre a Europa dos cidadãos e os Estados da Europa.

A Europa do futuro não poderá ser feita por decreto, à revelia dos cidadãos europeus: daí a necessidade de moderarmos os ímpetus de todos quantos, mais entusiastas ou mais apaixonados, podem objectivamente pôr em causa o atingir de justos objectivos pela falta de tacto utilizada na forma que para tal empregam, ou pela distância que revelam dos anseios e das aspirações do cidadão comum.

Em 1974, regressámos a casa; e, sendo o único País, na Europa e no Mundo, em que o Presidente da República e o Primeiro-Ministro estão ambos democraticamente sufragados por mais de 50% dos votos dos cidadãos eleitores, estamos em condições políticas ideais para injectar sangue novo na hoje algo amolecida, materializada e carecida de ideais Comunidade Europeia.

Teremos que ser nós, afinal, de parceria com os nossos colegas Autarcas europeus e como garantes responsáveis primeiros pelos destinos das nossas Comunidades locais, a assumirmos, na nossa geração, o fugaz e temporal testemunho de uma cultura milenária de homens livres e responsáveis, que temos o indeclinável dever de legar, intacta, aos vindouros da Europa e do Mundo livres e solidários de amanhã.

O PAPEL DAS AUTARQUIAS NA EUROPA DOS CIDADÃOS

No encerramento dos trabalhos esteve presente o Ministro do Planeamento e Administração do Território, Prof. Valente de Oliveira, que elogiou no seu discurso o papel das autarquias no concretizar da Europa dos Cidadãos. Excertos deste discurso são abaixo transcritos.

Aos que só vêm perigos na construção europeia, por via da subida das decisões a estratos cada vez mais afastados do homem comum, contrapondo a facilidade de instalação da Europa dos Funcionários à dificuldade de concretização da Europa dos Cidadãos, responde a vitalidade das instituições europeias de associação das comunidades locais com a discussão dos mecanismos que facilitam a complementaridade da acção de ambos.

(...) As instâncias europeias afirmam não tolerar desequilíbrios gritantes no seu seio e propõem-se arranjar meios acrescidos para os atenuar. Mas reclamam, naturalmente, que todos se organizem de modo a maximizar a utilização desses dinheiros.

Propõem o maior aproveitamento dos recursos endógenos porque isso criará riqueza e emprego fixando os cidadãos nos seus locais de origem, com todas as vantagens que isso tem, debaixo do ponto de vista social, cultural e afectivo e evitando os grandes movimentos demográficos com todas aquelas vantagens mais as de carácter económico.

(...) A Europa dos Cidadãos só se construirá através do revigoramento do papel das instituições democráticas a todos os níveis, incluindo o local. Não é só o controlo democrático dos actos da Administração que se impõe; é especialmente a vocação dos órgãos democraticamente eleitos como instrumentos de formulação da vontade colectiva que se quer marcar; é, portanto, o carácter político desses órgãos que há que revigorar.

Essa vontade, à escala local, põe alguns problemas novos. Reclama-se dos órgãos correspondentes mais do que a simples provisão de serviços a que, durante muito tempo, se remeteram. As suas funções, hoje, têm maior ambição porque muitos já viram que, não fazendo da realidade local uma aproximação integrada, pode-se estar a proporcionar serviços para quem já não estará lá quando eles estiverem disponíveis.

Há que garantir, antes do mais, a base económica local o que reclama, a maior parte das vezes, a cooperação entre Autarquias Locais vizinhas cuja pertença à mesma realidade económica e social exige um tratamento simultâneo de todas elas.

As primeiras diligências europeias para atenuar os desequilíbrios regionais não foram muito eficazes porque não se olhou para as regiões mais pobres como partes de um sistema em que outras mais ricas tinham adquirido já uma dinâmica cuja capacidade de arrastamento havia que aproveitar. Em alguns casos pensou-se em regiões inteiras cuja lógica de desenvolvimento foi explicitada sem atender ao seu enquadramento na economia dos países a que pertenciam e, muito menos, no grande conjunto europeu. Os propósitos da coesão económica e social da Europa são ambiciosos; mas é a razão e a experiência que nos dizem que, mesmo à margem de um processo de fluxo e refluxo entre o quadro europeu e o nacional, entre este e o regional, entre as regiões e os municípios se podem desenvolver acções meritórias e até bem sucedidas; mas também pode acontecer que se cometam erros por falta de uma perspectiva num enquadramento vasto ou por desperdício das energias locais. Não me parece que se deva insistir numa articulação rígida e muito "racional" entre os programas de acção que governam o desenvolvimento nos diversos estratos; nada seria mais avesso à tradição europeia, onde as concorrências sempre coexistiram com as complementaridades.

A questão é, afinal, do domínio da informação; desde que esta circule com fluidez, em todos os sentidos, os diversos agentes responsáveis, em qualquer posição que se situem, dominam o quadro em que têm de tomar decisões. Assim, as partes tirarão benefício do conhecimento do todo e este aproveitará a energia de cada elemento.

(...) A Comunidade ensaiou já alguns instrumentos de carácter estrutural para promover a mudança. Numa avaliação crítica do que foi a sua aplicação prática no passado, pode-se dizer que os principais defeitos foram a falta de articulação entre eles e a insuficiente explicitação dos objectivos a perseguir em conjunto. Por isso se tem de insistir num e nouro ponto, em torno de questões muito práticas como vêm a ser os programas de desenvolvimento das partes cuja cadência de progresso tem de ser acelerada para se atingir um razoável grau de homogeneidade nos atributos de desenvolvimento das regiões.



SEDE NACIONAL

Av. Marnoco e Sousa, 52
3000 COIMBRA

Telefones: (039) 723234
723246
723258

Telecópia: (039) 723460

Telex : 52418

GURADA A 2 DE OUTUBRO

seus efeitos não são imediatamente visíveis sobre o terreno” - salientou o Ministro do Plano e Administração do Território. “Por isso, é importante que todos saibam o que se quer fazer e conheçam as datas em que isso se vai fazer”.

O Ministro Valente de Oliveira terminou o seu discurso dizendo: “os votos que formulo são de que a nova casa acolha as novas discussões e o desafio que a nossa época nos lança e que daqui saiam as melhores propostas! Para as analisar convosco, em tão agradável enquadramento, faço-me, desde já, convidado. Que elas correspondam àquilo que os que nos elegeram esperam e muito justamente merecem”.

Os portugueses esperam que trabalhem cada vez mais e melhor

O discurso de Artur Torres Pereira, Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, incidiu substancialmente nas tarefas globais que esperam os Autarcas nesta nova fase da vida política e económica portuguesa.

“Até há bem pouco tempo as crises política sucediam-se. Os Governos de legislatura transformaram-se em legislaturas de Governo; o Povo estava saturado de palavras ocas e balofas, de actos eleitorais gratuitos e dos demagogos profissionais”.

O Presidente da ANMP salientou que “o Povo português, ávido de justiça, de bem-estar e de progresso, espera e exige de todos nós que contribuamos para sarar as feridas sociais da para-inquisição que alguns, deliberada e criminosamente, instituíram após o 25 de Abril a coberto da generosidade e da pureza dos seus princípios, e para fazer desaparecer as sequelas da inqualificável tentativa de destruição da economia portuguesa que constituíram as iníquas nacionalizações de Março de 1975”.

O Dr. Artur Torres Pereira recordou que, a poucos anos de distância do final do século será bom reflectir nas lições do passado: “saibamos fazer sentir a todos os portugueses que abandonaram o seu País, antes e depois de 25 de Abril de 1974, que o seu lugar é

entre nós, que o progresso para que é importante trabalharmos é o de Portugal e o dos portugueses, pois que a sua Pátria continua a chamar-se Portugal. A melhor forma de cumprirmos os genuínos ideais do verdadeiro 25 de Abril será, afinal, já integrados na Comunidade Europeia, devolvermos Portugal aos portugueses!

“De nós, autarcas, os portugueses esperam que trabalhem cada vez mais e melhor para garantirmos a continuação do bem-estar que indesmentivelmente criámos nas nossas Comunidades Locais, e que exigem que cessem de vez as derradeiras e isoladas manifestações de uma retrógrada postura de campanário, política ou partidária, permitindo assim que os mesquinhos e anti-nacionais interesses pessoais de todos quanto persistem, em bicos de pés, em tentar semear na família autárquica os pesados ventos da discórdia, dêem lugar aos interesses nacionais visados pelos verdadeiros e nobres objectivos da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do Poder Local democrático”.

EXPOSIÇÃO NO ÁTRIO DA SEDE NACIONAL

Uma exposição sobre a obra do arquitecto Cassiano Branco foi inaugurada por Sua Excelência o Presidente da República, no acto de inauguração oficial da Sede Nacional da ANMP.

Esta exposição, patente no átrio da Sede Nacional, veio abrir um espaço que se pretende de utilidade para o público da região onde a ANMP tem as suas instalações, ao mesmo tempo que permite que a Associação Nacional de Municípios Portugueses cumpra também um papel de difusão cultural, que muito propriamente lhe compete.

Sobre Cassiano Branco há a dizer que foi um dos arquitectos percussores do período modernista em Portugal. A cidade de Lisboa ainda hoje é uma montra dos projectos que concebeu.

A exposição patente na Sede Nacional da ANMP apresenta uma visão completa sobre as ideias e estilos de Cassiano Branco.



Aspecto da audiência presente na Sessão Solene de inauguração da Sede Nacional. Presentes os elementos que integram os órgãos da ANMP (Conselho Fiscal, Conselho Directivo e Conselho Fiscal) além de entidades civis e militares convidadas para o acto.

Foto cedida por 'Diário de Coimbra'

INFORMAÇÃO

A Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território mudou para novas instalações, situadas na Rua da Lapa, n.º 73, em Lisboa. Os novos números de telefone são os seguintes: (01) 6083 52 - 6083 79 - 6084 16. O telex da SEALOT é o 44089 SNPRCN P e a telecópia (01) 601048.

ESTADOS GERAIS DO C.M.R.E. EM PORTUGAL EM 1990

A proposta apresentada pela ANMP, de realização em Portugal dos Estados Gerais do Conselho e Municípios e Regiões da Europa em 1990, foi aceite pelo Comité de Presidência do C.M.R.E., quando da sua reunião em Lisboa, no passado dia 21 de Setembro.

Os próximos Estados Gerais do C.M.R.E., a maior reunião europeia do Poder Local, terão lugar em Glasgow, de 1 a 4 de Junho de 1988.

Saliente-se a propósito da realização desta reunião internacional que a ANMP foi felicitada pelo secretariado central do C.M.R.E. pela forma como foi organizada a reunião do Comité de Presidência e o Seminário Internacional sobre Instituições Europeias, que decorreram em Lisboa nos dias 21, 22 e 23 de Setembro.

FELICITAÇÕES

À Sede Nacional da ANMP chegaram várias felicitações relativas aos aspectos de organização das cerimónias de inauguração, que decorreram no passado dia 2 de Outubro.

PRIMEIRAS JORNADAS ATLÂNTICAS DE PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No âmbito do Ano Europeu do Ambiente, e no intuito de divulgar e esclarecer a importância da defesa do ambiente e da sua repercussão na qualidade de vida, quer colectiva quer individual, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo em colaboração com a Direcção Regional de Habitação da Região Autónoma dos Açores e a Universidade dos Açores, resolveram realizar as Primeiras Jornadas Atlânticas de Protecção do Meio Ambiente.

Estas Jornadas procuram, não apenas abordar temas genéricos sobre as diferentes áreas do ambiente, mas também estabelecer e avaliar a sua importância como componente, em particular ao nível de regiões insulares, em sectores de actividade como o económico, industrial ou social.

Para estas jornadas são aceites comunicações sobre temas ligados ao ambiente de acordo com a seguinte lista:

- Poder Local e Preservação do Ambiente;
- Património e Ambiente
- Protecção do Ambiente Marinho
- Escola e ensino face à protecção do Ambiente
- Agricultura e Preservação do Ambiente
- Turismo e Preservação do Ambiente
- Comunicação Social e Preservação do Ambiente
- Arquitectura e Engenharia do Ambiente

Os prazos de entrega para recepção de inscrições e resumos das comunicações terminam no dia 15 de Novembro. A data limite para recepção das comunicações integrais é o dia 15 de Dezembro. Toda a correspondência deverá ser enviada para o secretariado das Jornadas a funcionar na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

DIUTURNIDADES

A ANMP pediu um parecer jurídico sobre o pagamento de diuturnidades aos Presidentes das Câmaras Municipais que, sendo funcionários públicos, optaram por receber o subsídio previsto no artigo 2.º da Lei n.º 9/81.

Este parecer jurídico foi já distribuído a todas as Câmaras Municipais.

Saliente-se apenas as conclusões finais deste parecer:

“Concluimos, por tudo quanto ficou exposto, que os funcionários públicos eleitos para a presidência de uma Câmara Municipal mantêm, perante a Lei n.º 29/87, o direito de receber as diuturnidades correspondentes ao tempo de serviço prestado na função pública, com o mesmo fundamento que nos levou a reconhecer-lhes esse direito perante a Lei n.º 9/81. Esse fundamento reconduz-se à aplicação directa do regime legal próprio das diuturnidades, que era e continua a ser o previsto no Decreto-Lei n.º 33/76. Em nenhuma daquelas duas leis se encontram elementos que afastem o pagamento das remunerações complementares próprias da função pública, desde que o funcionário a elas tenha um direito adquirido. Parece-nos, em consequência, irrelevante a delimitação do âmbito temporal de vigência da Lei n.º 9/81 e da Lei n.º 29/87, pois não é nelas que se baseia o direito às diuturnidades”

GEMINAÇÃO COM ANDOVER

A ANMP recebeu da Associação Inglesa de Autoridades Locais um pedido referente a uma futura geminação entre o Município britânico de Andover, com um Município português.

Andover situa-se na zona sul de Inglaterra, a cerca de 90 km. de Londres e a 50 km. de Southampton. É um Município essencialmente agrícola, com algumas unidades industriais ligeiras. Tem 466 km. quadrados de área e 32 mil habitantes.

Andover fica situado no distrito de North Hampshire. A cidade de Andover nasceu na junção de duas antigas estradas romanas. Outros traços históricos são o Danebun Ring, famoso marco da Idade do Ferro, bem como a estalagem “Angel Inn” que data de 1443.

Andover possui um clube de futebol semi-profissional, um clube de rugby, vários clubes de natação e atletismo, clubes de judo e de ginástica, bem como de ténis, badminton e squash. Todos estes desportos podem ser praticados no grande complexo desportivo existente na cidade.

Como objectivos para a geminação com um Município português, são preferidos os intercâmbios sociais entre adultos, como uma primeira fase de contactos, que poderá levar a um acordo formal.

Andover está já geminado com o Município francês de Redon e com o Município alemão federal de Croch. Por sua vez o Município de Croch está geminado com o Município de Redon e também com o Município holandês de Veghel. Andover mantém já contactos informais com este Município holandês.

CHATEAUBERNARD PRETENDE GEMINAÇÃO COM MUNICÍPIO PRÓXIMO DA CIDADE DO PORTO

Chateaubernard, vila francesa da Região de Cognac pretende encetar contactos com Municípios portugueses próximo da cidade do Porto, com vistas a uma futura geminação.

Chateaubernard é uma vila com tradições na região, tendo referências históricas já na época romana. O Município francês tem cerca de 5 mil habitantes e pretende geminar-se com um Município português com características aproximadas.